



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE CARAÁ

Av. Arno Von Saltiél nº 190 – CEP 95515-000 – Centro - Caraa/RS - Fone (51) 3615-1315 – 3615-1041
Site: www.cmcaraa.rs.gov.br E-mail: cmcaraa@gmail.com

Parecer Jurídico n. 05/2025

Objeto: Parecer jurídico sobre Projeto de Lei n. 05/2025

Na qualidade de Assessora Jurídica da Câmara de Vereadores de Caraa – RS, venho, por meio da faculdade que me confere a lei, apreciar a legalidade do Projeto de Lei n. 05/2025, de autoria do Poder Executivo Municipal.

1. RELATÓRIO

O presente parecer opinativo analisará os aspectos de legalidade, constitucionalidade e juridicidade legislativa do Projeto de Lei n. 05/2025, apresentado pelo Poder Executivo Municipal à Câmara Municipal de Vereadores, objetivando a contratação temporária de 12 (doze) monitores educacionais terapêuticos – 30 horas semanais, 7 (sete) monitores educacionais terapêuticos – 40 horas semanais, 1 (um) professor de português – 23 horas semanais, 2 (dois) professores de matemática – 23 horas semanais, 20 (vinte) professores de anos iniciais e educação infantil – 28,2 horas semanais, 2 (dois) professores especialistas em educação especial – 28,2 horas semanais, 2 (dois) supervisores educacionais – 40 horas semanais, 1 (um) secretário de escola – 40 horas semanais e 20 (vinte) auxiliares de serviços gerais – 30 horas semanais.

No referido projeto, estão contidas a descrição das atribuições dos cargos, as condições de trabalho e os requisitos para provimento, além da respectiva justificativa.

Na mensagem de justificativa apresentada pelo Poder Executivo consta a exposição da necessidade da contratação em caráter emergencial e temporário para suprir lacunas no quadro de profissionais da educação. Ainda, há o esclarecimento de que a necessidade persiste mesmo com concurso público vigente, já que dependem da arrecadação municipal, que é variável, sendo necessário pensar no equilíbrio do impacto da folha de pagamento.

Para tanto, consta exposição de tabela demonstrando que o mencionado Projeto de Lei trará economia de R\$247.383,09 à Administração Pública. Além disso, há



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE CARARÁ

Av. Arno Von Saltiel nº 190 – CEP 95515-000 – Centro - Carará/RS - Fone (51) 3615-1315 – 3615-1041
Site: www.cmcarara.rs.gov.br E-mail: cmcarara@gmail.com

o esclarecimento da sazonalidade de crianças especiais e adaptações à rede, havendo alterações frequentes, bem como que as efetivações serão graduais ao longo do ano.

Por fim, foi explanado que a aprovação do Projeto de Lei é fundamental para assegurar o direito a educação de qualidade para todos os alunos da rede municipal; para valorizar a carreira docente e garantir condições adequadas de trabalho para os profissionais da educação; otimizar os recursos públicos e garantir a sustentabilidade das ações da administração municipal.

2. PARECER

ANÁLISE JURÍDICA

Preliminarmente, cumpre esclarecer que o presente parecer se limita a dúvida estritamente jurídica, ou seja, aos aspectos jurídicos da matéria, abstendo-se quanto as questões técnicas, administrativas, econômicas, financeiras e quanto a outras questões não ventiladas ou que exijam o exercício de conveniência e discricionariedade da Administração.

A emissão desse parecer não significa endosso ao mérito administrativo, tendo em vista que é relativo a área jurídica, não adentrando a competência técnica da Administração, em atendimento a recomendação da Consultoria- Geral da União, por meio das Boas Práticas Consultivas – BCP n. 07, qual seja:

O Órgão consultivo não deve emitir manifestações conclusivas, sobre temas não jurídicos, tais como os técnicos, administrativos ou de conveniência ou de oportunidade, sem prejuízo da possibilidade de emitir opinião ou fazer recomendações sobre tais questões, apontando tratar-se de juízo discricionário, se aplicável. Ademais, caso adentre em questão jurídica que possa ter reflexo significativo em aspecto técnico deve apontar e esclarecer qual a situação jurídica existente que autoriza sua manifestação naquele ponto.

Dessa forma, passa-se à análise dos aspectos relacionados as orientações jurídicas.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE CARARÁ

Av. Arno Von Saltiel nº 190 – CEP 95515-000 – Centro - Carará/RS - Fone (51) 3615-1315 – 3615-1041
Site: www.cmcarara.rs.gov.br E-mail: cmcarara@gmail.com

Inicialmente, importante mencionar os Princípios básicos que regem a Administração Pública, os quais estão esculpidos no artigo 37, da Constituição Federal¹ e precisam ser assegurados em todos os atos praticados, sendo eles: Legalidade, Impessoalidade, Moralidade, Publicidade e Eficiência.

No caso, cabe referência ao Princípio de Economicidade, que também norteia a atuação da Administração Pública e objetiva a minimização dos gastos públicos.

Outrossim, demonstrada a necessidade e legalidade das contratações pretendidas, observados os Princípios norteadores, havendo lista dos aprovados no concurso público, a ordem de classificação deve ser priorizada quando da contratação.

Ademais, considerando se tratar de Projeto de Lei que visa atender a uma necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos do artigo 37, caput, e inciso IX², sua legalidade resta devidamente aferida.

Quanto a competência do Município para propor o projeto, verifica-se tratar de matéria de competência local, conforme dispõe o artigo 30, incisos I da Constituição Federal:

“Art. 30. Compete aos Municípios:

I - legislar sobre assuntos de interesse local; (...).”

Assim, no Projeto de Lei analisado não foram detectadas inconsistências de redação ou vícios de iniciativa, não havendo, portanto, erro quanto a técnica legislativa utilizada e iniciativa.

Dessa feita, na qualidade de Assessora do Legislativo, analisando o Projeto de Lei n. 05/2025, verifica-se não haver vícios de técnica legislativa ou de

¹ Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

² IX - a lei estabelecerá os casos de contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE CARAÁ

Av. Arno Von Saltiel nº 190 – CEP 95515-000 – Centro - Caraá/RS - Fone (51) 3615-1315 – 3615-1041
Site: www.cmcaraa.rs.gov.br E-mail: cmcaraa@gmail.com

iniciativa, tendo sido cumpridas as legalidades necessárias, atendidos o aspectos legais como um todo.

3. CONCLUSÃO

Diante do exposto, a Assessoria Jurídica **opina** pela legalidade e pela regular tramitação do Projeto de Lei n. 05/2025, por inexistirem vícios de natureza material ou formal que impeçam a sua deliberação em Plenário, devendo ser analisado pelos Nobres Vereadores quanto ao interesse público, bem como quanto a oportunidade e necessidade do feito.

Caraá, 09 de janeiro de 2025.


Analice Costa

OAB/RS 101.127

Assessora Jurídica do Legislativo